

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE - CTPP

Ata da 88ª Reunião Ordinária

Local: Sala de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (Brasília/DF)

Data: 28 e 29 de março de 2017

Participantes: Eva Patrícia Gonçalves Pires (DSST/SIT); Luciana da Silva Faria Rodrigues (DSST/SIT); Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcante (DEFIT/SIT); Jeferson Seidler (DSST/SIT); Joelson Guedes da Silva (DSST/SIT); Carolina Silva Melo Araujo (DSST/SIT); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Paulo Ricardo Arsego (FUNDACENTRO); Robson Spinelli Gomes (FUNDACENTRO); Daniela Bousi Rohlfs (M. Saúde); Roque Manoel Perusso Veiga (M. Saúde); Itamar José Sanches (CUT); Loricardo de Oliveira (CUT); Arnaldo Gonçalves (Força Sindical); Adir de Souza (UGT); Washington Aparecido dos Santos - Maradona (UGT); Robinson Leme (NCST); Francisco de Assis da Paixão e Silva (CTB); Francisco Erivan Pereira (CSB); Cláudio Ferreira Santos (CSB); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); José Luiz Pedro de Barros (CNI); Luciana Nunes Freire (CNI); Elimara Aparecida Assad Sallum (CNA); Eduardo Batista de Queiroz (CNA); José Almeida de Queiroz (CNC); Luis Sérgio Soares Mamari (CNC); Salomão Taumaturgo Marques (CNT); Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNS).

Ausências Justificadas: Magnus Ribas Apostólico (CNF).

Observadores:

MPT: Raymundo Lima Ribeiro Júnior (PRT 20ª Região)

Assessores:

Governo: Elton Machado Barbosa Costa (SRTE/AL); Christianne Andrade Rocha (DSST/SIT); Viviane de Jesus Forte (DSST/SIT); Adinoel Sebastião (SRTE/RO); Renata Maia Barbosa Namekata (DSST/SIT); Grasielle Aparecida Thomaz da Silva (DSST/SIT).

Empregadores: Ruy Tadeu Ribeiro Peleteiro (CNI); Paulo Rogério de Araújo (CNA); Gabriela Florez (CNS).

Convidados:

Aida Cristina Becker (SRTE/RS); Carlos Eduardo Ferreira Domingues (SRTE/RJ); Almir Augusto Chaves (SRTE/DF); Arline Sydneia Abel Arcuri (Fundacentro); Edson Carlos Funke (CUT); Francisco Carlos Rodrigues Marques (Petrobras/CNI); Ana Roberta Fusco (IEC); Claudenilda de Freitas Rodrigues Paixão (IEC); Rita de Cássia Farah Costa (IEC); Cid Romulo de Morhy Vieira (IEC); João Capana (SIEMACO/UGT); Ariovaldo Caodaglio (SELURB); José Américo Fischmann (SELURB).

1º dia (28 de março)

Apresentação de Demandas

Coordenador da Reunião:

Eva Patrícia Gonçalves Pires (Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho)

Coordenadores de Bancada:

Governo: Eva Patrícia Gonçalves Pires

Trabalhadores: Washington Aparecido dos Santos - Maradona

Empregadores: Rafael Ernesto Kieckbusch

1 **1. Considerações Iniciais**

- 2 • Eva disse ser um prazer retornar à CTPP e que a reunião seria a primeira sob sua coordenação.
3 Informou que assumiu a Diretoria do DSST recentemente e apresentou os novos participantes pela
4 bancada de Governo: Luciana Rodrigues (CGNOR); Jeferson Seidler (Gab/DSST); Joelson
5 Guedes da Silva (CGNOR); Elton Costa, que assumiria a Coordenação da CGNOR em breve;
6 Viviane de Jesus Forte (CGFIP); e Renata Namekata (Gab/DSST). Em seguida apresentou os
7 convidados que participariam da reunião como apresentadores de demandas contidas na pauta da
8 reunião.

9 **2. Ata**

10 a) *Ata da 87ª Reunião*

- 11 • A coordenação solicitou que as possíveis adequações na Ata da 87ª Reunião fossem levantadas na
12 reunião das bancadas e apresentadas no dia seguinte para que fossem procedidas as devidas
13 alterações para aprovação e assinatura da mesma.

14 **3. Informe sobre Portarias Publicadas**

15 a) Portaria SIT n.º 584, de 04 de janeiro de 2017

16 Altera a Portaria SIT n.º 451, de 20 de novembro 2014, que estabelece procedimentos para o acesso
17 ao sistema CAEPI - Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual - CAEPI, para
18 o cadastro de empresas fabricantes e/ou importadoras de Equipamentos de Proteção Individual e para
19 a emissão e renovação do Certificado de Aprovação - CA de Equipamentos de Proteção Individual -
20 EPI.

21 b) Portaria SIT n.º 585, de 04 de janeiro de 2017

22 Altera o item B (proteção dos olhos e face) e o item E (proteção do tronco) constante do Anexo II,
23 que estabelece as normas técnicas aplicáveis aos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, da
24 Portaria SIT n.º 452, de 20 de novembro de 2014.

25 c) Instrução Normativa SIT n.º 129, de 11 de janeiro de 2017

26 Estabelece Procedimento Especial para a ação fiscal da Norma Regulamentadora n.º 12 - Segurança
27 e Saúde no Trabalho em Máquinas e Equipamentos - e dá outras providências.

28 d) Portaria SIT n.º 588, de 30 de janeiro de 2017

29 Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico para criação da Norma Regulamentadora
30 referente às atividades de Limpeza Urbana.

31 e) Portaria MTb n.º 137, de 03 de fevereiro de 2017

32 Suspende os efeitos da Portaria MTE n.º 1.565 de 13 de outubro de 2014 em relação às empresas
33 associadas à Associação dos Distribuidores de Produtos Schincariol do Centro Oeste e Tocantins -
34 ADISCOT.

35 f) Portaria MTb n.º 167, de 20 de fevereiro de 2017

36 Altera o Anexo II da Norma Regulamentadora n.º 28.

37 g) Portaria SIT n.º 598, de 03 de março de 2017

38 Constitui Grupo de Trabalho Tripartite para a revisão do Anexo 5 (Atividades Perigosas com
39 Motocicleta), da Norma Regulamentadora n.º 16 (Atividades e Operações Perigosas).

40 h) Portaria SIT n.º 599, de 03 de março de 2017

41 Altera a Portaria SIT n.º 433, de 25 de julho de 2014, que constitui e designa a composição do Grupo
42 de Trabalho Tripartite - GTT de revisão da Norma Regulamentadora n.º 24 (Condições Sanitárias e
43 de Conforto nos Locais de Trabalho).

44 i) Portaria SIT n.º 600, de 03 de março de 2017
45 Altera a Portaria SIT n.º 282, de 17 de novembro de 2011, que designa a composição da Comissão
46 Tripartite Paritária Permanente - CTPP.

47 j) Portaria MTb n.º 267, de 20 de março de 2017
48 Designa os membros do Conselho Curador da Fundacentro.

49 **4. Formação de Grupos Tripartites**

50 a) *Grupo de Trabalho Tripartite para criação da NR Limpeza Urbana*

51 • Eva informou que o texto técnico básico para a Norma Regulamentadora sobre Limpeza Urbana,
52 cujo o prazo se encerrava no dia 31 de março de 2017, seria prorrogado por mais 30 dias com o
53 intuito de que o texto fosse mais difundido, aumentando a oportunidade de participação da
54 sociedade com o envio de sugestões.

55 • Rafael comunicou que a representação de empregadores tem a intenção de que a consulta pública
56 seja prorrogada por mais 60 dias e não por 30 como é proposto pelo Governo, tendo em vista as
57 reuniões de outros grupos e comissões que exigem grande efetivo de representantes, o que com
58 certeza impactará no cronograma. Comentou que a audiência pública agendada para o dia 04 de
59 abril na Fundacentro/SP não foi devidamente divulgada, sendo que os representantes patronais só
60 tiveram conhecimento por uma notícia veiculada no site do MTb; não houve uma comunicação
61 direta ou informação sobre como se daria a participação dos representantes ou o que precisariam
62 fazer em relação à audiência, e por esses fatos, a bancada na CTPP considerava não ser oportuna
63 a realização da mesma nesse momento e assim solicitou o adiamento para uma data mais oportuna.

64 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores entende que 30 dias de prorrogação da
65 consulta pública seria o suficiente, até porque a proposta de texto foi construída de uma forma
66 muito sensata, pois foi reconhecida pelo Governo, pelo patronato e pelos trabalhadores a
67 necessidade de criação da NR, além do que representantes de empregadores e de trabalhadores do
68 Setor colaboraram com a construção do texto, quando requisitados pelo grupo do Governo (Grupo
69 Técnico - GT). Quanto ao adiamento da audiência pública, disse se tratar de um evento de caráter
70 informativo; que não seria um fórum deliberativo e sendo assim, mesmo que a comunicação não
71 tenha chegado à representação patronal, o processo não seria prejudicado; e que inclusive deveriam
72 ser realizadas outras audiências, não somente a agendada, até para que o tema seja exaurido e que
73 seja publicada uma Norma mais completa possível, adequadamente aplicável e que traga efetiva
74 segurança para todos.

75 • Referente à audiência pública, José Luiz disse que matéria “limpeza urbana” impacta em outras
76 confederações e em outros setores empresariais que precisam ser envolvidos na discussão e isso
77 exige uma melhor análise e reflexão sobre o real impacto nesses setores e para isso seria necessário
78 um tempo mais elástico. Quanto a prorrogação da consulta pública, comentou que tendo em vista
79 que abril seria um mês muito curto em virtude dos feriados e que devido a necessidade de prazo
80 para a mobilização e organização de uma discussão mais ampla com o empresariado, garantindo
81 assim uma participação efetiva desse segmento, esses fatos justificariam a solicitação de que a
82 consulta pública fosse prorrogada por mais 60 dias e não 30 como proposto.

83 • Spinelli comentou que a Fundacentro vem organizando e sediará a audiência pública em São Paulo,
84 e que a princípio não via o adiamento da mesma como um problema, não fosse o fato de já ter sido
85 “*startado*” todos os procedimentos de logística: convocações, convites, emissão de passagens para
86 representantes de Governo, dentre outros procedimentos que dispenderam de recursos financeiros,
87 sem citar o fato de que o evento já se encontra com a inscrições esgotadas, fatos que inviabilizam
88 o solicitado adiamento.

- 89 • Joelson comentou que vem acompanhando os trabalhos da organização da audiência e informou
90 que foram enviados os convites aos coordenadores de bancadas da CTPP, entretanto, segundo a
91 organização do evento, não houve nenhuma resposta ou confirmação quanto à participação ou não
92 de representantes.
- 93 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores não vê problema que a prorrogação da
94 consulta pública seja por 60 dias como sugere a representação de empregadores, entretanto, é
95 contrária ao adiamento da audiência pública.
- 96 • Itamar disse não ter problema manter a realização da audiência, até porque, inclusive, poderiam
97 ser feitas tantas outras em outras cidades, seja em Brasília, no Rio de Janeiro ou em outras regiões
98 como do Sul, Norte e Nordeste.
- 99 • Rafael disse não entender o porquê de nenhuma confederação de empregadores presente não ter
100 sido informada quanto a audiência, mas que o fato será apurado. Informou que ainda assim, por
101 não ter conseguido mobilizar outras entidades patronais que compõem o setor da limpeza urbana,
102 se a realização da audiência fosse mantida, o patronato não conseguiria se fazer presente de forma
103 satisfatória.
- 104 • Ariovaldo considerou que a atividade de limpeza urbana com certeza permeia vários setores
105 econômicos, mas de uma forma geral é gerida pelo poder público municipal por meio de
106 contratação de serviços. Disse que a limpeza urbana é necessária, importante, faz bem ao meio
107 ambiente, à saúde humana, traz qualidade de vida, mas não é entendida como ela precisa, como
108 ela é feita, como se planeja e como obra de engenharia de destinação final de resíduos que ela
109 representa. Informou que no país existem em média 6 mil municípios e todos dispõem dos serviços
110 de limpeza urbana, ressaltando que esses serviços não são realizados da mesma forma nos grandes
111 centros e nos rincões do país. Continuou informando que o Ministério das Cidades é basicamente
112 o órgão governamental responsável pelo financiamento desse serviço para as cidades com até 50
113 mil habitantes e a FUNASA responsável pelos municípios com 20 mil habitantes e assim, os
114 gestores responsáveis pelo setor nesses órgãos devem ter perfeito conhecimento da
115 regulamentação que a CTPP pretende fazer. Disse que há 3 anos foi decidido pela CTPP que o
116 tema deveria ser abordado, até porque a segurança e saúde no trabalho para esse segmento é coisa
117 fundamental; e essa é a primeira oportunidade que se tem para discutir tecnicamente o tema
118 norteando os caminhos de uma regulamentação. Ante o exposto solicitou que a CTPP dê o devido
119 tratamento técnico a essa Norma para que se possa, em curto prazo de tempo, ter uma Norma que
120 passe a ser seguida, cumprida em todo país independentemente das peculiaridades de cada região.
121 Informou que os representantes de empregadores e de trabalhadores do setor já deram suas
122 contribuições para o início do processo e assim já têm uma identidade institucional com a
123 realização desse trabalho. Finalizando comunicou a entrega de um documento elaborado por
124 representantes patronais e dos trabalhadores do setor contendo um apanhado de sugestões para o
125 texto técnico básico que se encontra em consulta pública.
- 126 • João Capana informou que no país são mais de 400 mil trabalhadores distribuídos nos 6 mil
127 municípios, fato que faz necessário destacar a importância do setor para a sociedade. Considerou
128 ser importante também deixar claro como o texto vem sendo construído; lembrou que no início
129 trabalhadores e empregadores entregaram um documento ao Governo visando contribuir com a
130 elaboração do texto básico, entretanto, a equipe do Governo, o GT, fez uma proposta totalmente
131 diferente, mas que teve uma ótima repercussão no setor e muito bem aceita pelos trabalhadores, e
132 a partir disso foram feitos vários eventos com os trabalhadores em todo o país. Disse que foi
133 dispendida uma grande carga de trabalho em prol desse processo, mas ainda haverá muitas
134 discussões e continuando com a colaboração técnica para a elaboração da Norma, a representação
135 de trabalhadores e empregadores entregava em mãos à coordenadora outro documento, sendo esse
136 com sugestões ao texto técnico básico.

(pausa para entrega do documento)

- 137 • Rafael comentou que uma coisa foi a fase inicial do processo de elaboração do texto base para a
138 NR, mas que de agora em diante, após ter ficado público à sociedade, outros atores de outros

139 setores foram acionados e esses deverão também ser inseridos no contexto da discussão. Disse que
140 recentemente a FIRJAN sediou evento sobre o tema onde se descobriu que o universo de
141 interessados e segmentos impactados pelo tema é muito maior do que se imagina, e por isso a
142 representação de empregadores, visando melhor informar esses segmentos, persistia em solicitar
143 o adiamento da consulta pública.

144 • Eva comentou que o evento já estava previsto, foi organizado, estava com toda a parte de
145 infraestrutura, divulgação e logística feita e que até se entendia o que fora considerado pela
146 bancada de empregadores, mas o intuito da audiência é justamente criar uma provocação social
147 naqueles que se sintam identificados com o tema, que possam também participar de forma
148 democrática e automaticamente busquem suas respectivas representações. Disse não ser intuito do
149 Governo realizar tal evento sem a participação dos empregadores, mas também não seria justo
150 adia-lo, vez que o mesmo se encontra em pleno andamento, sem mencionar o fato de que é apenas
151 um primeiro evento, pois outros ainda acontecerão.

152 • Joelson lembrou que ao final de 2016 foi feita uma apresentação prévia do texto na SIT, onde
153 estiveram presentes representantes de trabalhadores, de empregadores, Ministério Público do
154 Trabalho e outras entidades, inclusive a Confederação Nacional de Municípios, ou seja, desde esse
155 momento a divulgação da elaboração da Norma e do próprio texto vem sendo feita.

156 • Spinelli informou que não se pode alegar desconhecimento do que foi encaminhado para o tema,
157 tendo em vista que consta na ata da última reunião da CTPP, inclusive que a audiência seria
158 realizada em fevereiro de 2017 e não em abril como está sendo feita.

159 • Eva disse que a bancada de Governo verificará o fato da “não-comunicação oficial” alegada pela
160 bancada de empregadores e fará o relato posteriormente. Quanto a prorrogação da consulta pública,
161 de antemão, disse não ver problemas que a prorrogação seja de 60 dias. Quanto à formação do
162 Grupo de Trabalho Tripartite - GTT da NR Limpeza Urbana, informou que no 2º dia da reunião
163 seriam entregues aos coordenadores de bancada e ao presidente da Fundacentro os ofícios de
164 solicitação de indicações para composição do grupo.

165 a) ***Subcomissão da Pesca (NR-30)***

166 • Foi informado que ainda resta a indicação do quarto representante da bancada de trabalhadores.

167 • Representação empresarial completa.

168 • Maradona informou que até o dia 31 de março formalizaria a indicação ainda pendente.

169 b) ***Grupo de Estudo Tripartite - GET sobre o Anexo 3 (calor) da NR-15***

170 • Foi informado que o DSST ainda não recebeu a indicação de nenhum representante da bancada de
171 trabalhadores.

172 • Representação empresarial completa.

173 • Maradona informou que até o dia 31 de março formalizaria as 5 (cinco) indicações para
174 composição da bancada de trabalhadores do GET.

175 **5. Alteração de Normas Regulamentadoras**

176 a) ***NR-09 (Anexo 2 - Exposição Ocupacional ao Benzeno)***

177 • Carlos Eduardo informou que a proposta de alteração se referia à realização de ensaio em
178 Equipamento de Proteção Individual - EPI especificamente disposto no subitem 12.1.1 que prevê
179 as características que esse equipamento deve conter, mas que tendo em vista da 4ª edição das
180 recomendações sobre o Programa de Proteção Respiratória - PPR, publicada pela Fundacentro,
181 onde foi estabelecido que para consideração do fator 100 de proteção requerida em equipamento
182 de proteção respiratória de face inteira, deveria ser realizado um ensaio de vedação quantitativa
183 nesse equipamento e com isso resolveu-se desconsiderar a questão do fator tendo em vista a
184 inviabilidade e o impacto econômico que causaria essa exigência nos postos revendedores de

- 185 combustíveis, pois são mais de 40 mil postos em todo país e são raríssimos os aparelhos para
186 realização do referido ensaio. Finalizou informando que a proposta foi consensada pela CNPBz.
- 187 • Cláudio considerou que a previsão das avaliações qualitativas e quantitativas é sem dúvida um
188 avanço na regulamentação e dessa forma não se justificaria deixar de realizar a avaliação
189 quantitativa por falta de equipamentos para realização de ensaios; e que com essa proposta adequa-
190 se a questão empresarial, entretanto, a proteção do trabalhador ficará prejudicada. Sugeriu antes
191 de que simplesmente seja retirada a exigência, fosse previsto um cronograma de implantação para
192 esse tipo de avaliação.
- 193 • José Luiz comentou que a proposta foi discutida tecnicamente e aprovada pela CNPBz, por isso
194 foi pautada para análise da CTPP. Explicou que em toda entrega de máscara de face inteira que
195 vise a proteção respiratória e que tenha filtros para vapores orgânicos, requer que seja feito o
196 ensaio, sendo que o aparelho para a realização do teste, o “*PortaCount*”, tem um custo que gira
197 em torno de US\$ 60.000,00 e assim não seria prudente obrigar os postos de gasolina a ter esse
198 equipamento disponível, sendo que nesse caso, não teria como definir prazos, porque talvez alguns
199 postos das grandes cidades até têm porte para conseguir esse aparelho, mas certamente os postos
200 de cidades interioranas não terão condições.
- 201 • Arline afirmou que não há condições de manter tal exigência sendo que em cidades do interior do
202 país, muitos postos de gasolina não terão condições de adquirir tal aparelho para realizar o referido
203 ensaio, talvez nem mesmo conseguirão capacitar funcionário para realizar o ensaio, fatos que
204 inviabilizam o cumprimento desse dispositivo pelos postos. Até porque, por não conseguirem
205 cumprir a legislação, gerará uma enxurrada de multas e isso possivelmente implicará no
206 fechamento de muitos desses postos.
- 207 • Spinelli lembrou que no tocante à questão prevencionista, foi discutida pela CNT da NR-06 a
208 possibilidade de inserir o PPR na NR-09 como um anexo. Entretanto a sugestão,
209 inexplicavelmente, não foi pautada na reunião passada da CTPP.
- 210 • Claudio disse entender a dificuldade de aquisição do aparelho em questão pelos postos, mas em
211 todo caso deveria existir um cronograma de ação para que essa proteção não deixasse de prevista
212 na regulamentação.
- 213 • Spinelli informou que no rito do PPR existe um cronograma, já é previsto, e automaticamente a
214 questão está contemplada. Essa preocupação foi analisada pela CNPBz que aprovou a proposta de
215 alteração do item.
- 216 b) ***NR-12 (Anexo I (Distâncias de segurança e requisitos para o uso de detectores de presença***
217 ***optoeletrônicos); Anexo IV (Glossário); Anexo VIII (Prensas e Similares); e Anexo IX***
218 ***(Injetora de Materiais Plásticos)***
- 219 • Aida Becker informou que aguardava ainda a publicação de alterações de itens da NR-12
220 anteriormente já aprovada pela CTPP que, como as que estão pautadas nessa reunião, são de grande
221 significância para que seus efeitos sejam sentidos efetivamente por toda a sociedade. Disse que
222 todas as propostas foram aprovadas pela CNTT da NR-12, fórum legítimo de negociação da
223 Norma, e também pela CTPP, instância superior de discussão das Normas Regulamentadoras de
224 Segurança e Saúde no Trabalho. Em seguida procedeu explicações técnicas sobre as propostas de
225 alteração apresentadas à Comissão. Destacou que na minuta de portaria para publicação das
226 propostas, ainda faltava a tabela de prazos referente ao Anexo VIII (prensa e similares), que, apesar
227 de já aprovado, tinha sua publicação condicionada à aprovação também dos prazos para
228 implementação, coisa que a representação de empregadores ainda estava por apresentar
229 posicionamento. Comentou que uma adequação que a proposta deveria sofrer era a de retirar das
230 menções às NBRs da ABNT contidas no texto, a citação da referência do ano de publicação, pois
231 independentemente da cronologia, a NBR estando em vigor, é a que deve ser utilizada quando
232 exigida.
- 233 • José Luiz, sobre a questão dos prazos, relatou que a bancada empresarial da CNTT da NR-12
234 apresentou uma proposta de prazos para itens do Anexo VIII, sendo que a bancada de Governo

- 235 apresentou uma contraproposta para esses prazos, com isso gerou-se a necessidade de melhor
236 análise da proposta pela base empresarial, que deverá em breve apresentar um posicionamento.
- 237 • Loricardo lembrou que em reuniões passadas havia ficado encaminhada uma visita ao Senado
238 Federal por representantes das três bancadas da CTPP para tratar do PDS que propõe o
239 cancelamento da NR-12. Ante o exposto, perguntou se havia alguma novidade quanto a questão.
- 240 • Rafael comentou que, como a SIT esteve presente em todos os momentos da discussão do PDS n.º
241 43/2015 no Senado, seria de bom tom que a mesma fizesse uma normativa relatando o histórico
242 dessa discussão.
- 243 • Eva informou que com a publicação da Instrução Normativa n.º 129, conseguiu-se suspender as
244 tratativas do PDS n.º 43 no Senado Federal, por um prazo de pelo menos 3 meses até que se tenha
245 um parâmetro sobre os impactos da citada IN na sociedade. Disse que o que se propõe agora é que
246 a CTPP, conforme previsto na reunião de coordenadores de bancada, se manifeste, com
247 representantes das 3 bancadas, informando o andamento das negociações na CNTT, como exemplo
248 os 4 anexos que estão para aprovação da CTPP e continuar solicitando a retirada do PDS, além
249 também do Projeto existente da Câmara dos Deputados, de forma definitiva da pauta de votações.
- 250 • Rafael comentou que há consideráveis avanços nas discussões da CNTT, como prova as propostas
251 de alterações que estão sendo apontadas, entretanto, o objetivo da representação de empregadores
252 é a negociação da maioria do texto, para que todos os problemas sejam resolvidos. Quanto à
253 realização de uma visita ao Senado Federal, com os propósitos mencionados, seria inviável à
254 bancada de empregadores tendo em vista que a mesma não tem autonomia suficiente para tanto, e
255 até porque, se os diálogos permanecerem abertos e dando frutos, as propostas continuarem a ser
256 aprovadas por consenso dentro do tripartismo, automaticamente o objetivo dos projetos (PDS e
257 PDC) perderão seus efeitos. Finalizou informando que a bancada de empregadores, seja da CNTT
258 quanto da CTPP, estará sempre aberta e disposta ao diálogo.
- 259 • Itamar comentou que seria fundamental uma reunião com representantes do Congresso Nacional
260 para explicitar o andamento das discussões e os resultados que vem sendo alcançados pela CNTT
261 da NR-12, pois por mais que se suspenda temporariamente o andamento dos projetos de lei fica a
262 impressão de que o mesmo signifique uma ameaça, uma “faca na garganta” que poderá ser usada
263 caso a discussão de algum item na NR não favoreça o patronato, ou seja, o tripartismo continuará
264 refém.
- 265 c) **NR-13**
- 266 • Almir informou que a proposta foi amplamente discutida e consensada tripartitemente em 100%
267 dos itens pela CNTT da NR-13. Citou que as principais modificações recaem sobre a previsão de
268 inspeção não intrusiva, que está sendo inserida no processo de inspeção de equipamentos;
269 recipientes móveis; condições de operação a vácuo; instalações de equipamentos; registro de
270 segurança; projetos de restauração e reparos; enquadramento de caldeira “C”, sendo eliminada a
271 necessidade inspeção; pressão máxima de trabalho; e principalmente a questão dos equipamentos
272 sem códigos, muito utilizados no Setor Sucroalcooleiro, onde ainda é prática a construção de
273 equipamentos sem nenhum tipo de registro.
- 274 • Edson Funcke informou que além das alterações na NR-13, visando elucidar questionamentos da
275 sociedade, a CNTT também consensou uma lista de perguntas e repostas que será publicada e
276 disponibilizada no site do MTb, e uma outra lista específica para questões sobre “filtros”. Finalizou
277 informando que as alterações propostas, tratam-se da 2ª fase de revisão da NR-13, sendo que a 3ª
278 está prestes a ser finalizada.
- 279 • Francisco Marques comentou que durante seus 35 anos na profissão de engenheiro, sempre esteve
280 envolvido nas discussões da NR-13; que desde 1978 só veio ser revisada 18 anos após sua
281 publicação original, que foi em 1985, depois em 1995 e posteriormente em 2014, sendo que em
282 todas as ocasiões o propósito foi o melhoramento das condições de segurança e saúde no trabalho,

- 283 não diferente como é proposto atualmente. Finalizou dizendo que a proposta traz benefício para
284 toda a sociedade.
- 285 • Itamar comentou que é percebido na CNTT o comprometimento e amadurecimento de todos os
286 representantes independentemente da bancada, coisa importante que exemplifica o ideal do
287 tripartismo.
- 288 **d) NR-20 (EAD)**
- 289 • Itamar disse que desde muito tempo vem-se discutindo a questão com o comparativo do que se
290 idealiza com o que vem acontecendo na prática, e a proposta representa a construção do ideal que
291 busca. Relatou que a Petrobras teve a iniciativa de criação de uma ferramenta e provocou o MTb
292 no sentido de discutir a questão, que por sua vez procurou os trabalhadores para verificar a
293 possibilidade de iniciar a discussão e trabalhar a ferramenta. Disse que tudo foi discutido, a
294 proposta inicial foi adequada para os parâmetros de regulamentação, sendo que após diversas
295 reuniões chegou-se a um consenso quase que total, sendo a exceção um item sobre o projeto
296 pedagógico do sistema de EAD estar disponível também para representantes de trabalhadores,
297 além da auditoria fiscal. Explicou que o que se quer é somente que os trabalhadores tenham acesso,
298 conhecimento do teor do projeto pedagógico, não a autonomia para opinar na elaboração do
299 mesmo; um pequeno detalhe que não se possa avançar e publicar a regulamentação, que deixará
300 claro que não será aceito nenhum outro tipo de capacitação previsto em NR com outro modelo de
301 EAD, que não o que está sendo proposto, claro, mantendo-se as opções de cursos presenciais. Isso
302 no âmbito da NR-20, sendo que posteriormente deverá ser discutida a replicação desse modelo de
303 EAD para as demais Normas Regulamentadoras.
- 304 • José Luiz comentou que assim que a sociedade vier tendo conhecimento de como é feito o sistema,
305 como é realizada a didática, e as ferramentas de controle do sistema, os paradigmas irão caindo e
306 as dúvidas se esvaindo. Disse que a iniciativa da Petrobras/Transpetro foi muito positiva e deve ser
307 adotada e disseminada para as demais NRs, que trará benefícios a todos.
- 308 • Eva comentou estar ciente da pequena questão contraditória e que a orientação da bancada de
309 Governo da subcomissão é a de concordar com que os trabalhadores tenham conhecimento do
310 projeto pedagógico; solicitou que todos ponderassem e fossem flexíveis sobre o impasse em
311 questão. Disse que o Governo entende ser a modalidade EAD uma realidade e que precisa ser
312 abordada nas demais NRs; e que os problemas da EAD vão além da preocupação de como os
313 cursos estão sendo ministrados. Ante o exposto, propôs a instituição, no âmbito da CTPP, de uma
314 subcomissão que se aprofunde mais no tema, que discuta e elabore uma matriz de competência em
315 relação às NRs e as possíveis formas de capacitação, suas modalidades (presencial, semipresencial
316 e EAD).
- 317 • Spinelli informou que como já dito na reunião anterior a proposta de EAD para a NR-20 deveria
318 ter passado por uma análise crítica da Fundacentro. Disse que a Fundacentro não teve acesso direto
319 à proposta; que teve conhecimento da mesma através de outro ente participante da Subcomissão;
320 e que a Fundacentro não teve ampla participação no final desse processo. Comunicou que de posse
321 da proposta a Fundacentro tem uma análise crítica não favorável ao exemplo de EAD para a NR-
322 20 e isso dada a natureza da Norma, em função da situação de risco em potencial, da dificuldade
323 de acesso pelo trabalhador no dia a dia, da acessibilidade do trabalhador em relação a conteúdos
324 de informática, dentre vários outros que foram listados pela equipe da Fundacentro. Ante o
325 exposto, sugeriu que antes da deliberação pela CTPP, a Fundacentro pudesse fazer um parecer
326 técnico ou algo do tipo com o objetivo de subsidiar as bancadas com uma análise crítica apontando
327 as questões/problemas existentes na proposta. Frisou que essa sugestão se dá pelo fato da não
328 participação dos representantes da Fundacentro nas últimas reuniões da subcomissão, talvez até
329 por falha de comunicação.
- 330 • Eva informou que a sugestão colocada pela Fundacentro é fato novo até para a bancada de
331 Governo, mas a questão será discutida na reunião de bancada.

- 332 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores, apesar do avanço tecnológico e da
333 necessidade de acompanhá-lo, tem grande preocupação com a questão da EAD em se tratando de
334 Normas Regulamentadoras. Disse achar que todo passo deve ser dado com muito cuidado, tirando
335 como base o absurdo de cursos disponíveis na internet, principalmente para a NR-10, com falsos
336 profissionais se dizendo certificar trabalhadores, uma baderna só, exemplos extremamente
337 negativos para a EAD. Parabenizou o Governo pela sensibilidade e iniciativa de trazer essa
338 problemática para o debate, pois a demanda é enorme e as mazelas mais ainda. Solicitou que
339 Spinelli participasse da reunião de bancada dos trabalhadores a fim de explicitar melhor as
340 questões levantadas pela Fundacentro quanto à proposta.
- 341 • Assis comentou que se observa no país que nos cursos à distância existentes os instrutores não
342 possuem o mínimo de qualificação e conhecimento para passar os ensinamentos e isso é porta para
343 o retrocesso da segurança e saúde no trabalho, contribuindo com o aumento de acidentes do
344 trabalho. Disse ser importante implantar a modalidade, mas que seja com qualidade para que se
345 tenha a eficiência na ponta.
- 346 • Rafael comentou que depois de tanto tempo de discussão, da constituição de um grupo tripartite,
347 depois de tantos exercícios feitos, a construção de uma estratégia para a elaboração da proposta,
348 sendo os debates sempre relatados nas reuniões da CTPP, a bancada de empregadores se sentia
349 surpresa com a manifestação da Fundacentro.
- 350 • Spinelli informou que apenas estava registrando o posicionamento da Fundacentro, instituição com
351 legítima representação no processo de discussão tripartite, em relação à proposta; que a citada
352 análise crítica já havia sido mencionada na última reunião, mas talvez por uma falha de
353 acionamento da Fundacentro no final do processo, gerou essa situação, esse constrangimento, pois
354 os representantes da Fundacentro alegaram à Diretoria Técnica que não participaram, não
355 receberam e-mail ou comunicação com a proposta, e que tiveram conhecimento da mesma através
356 de terceiros. Finalizou dizendo que a intenção não era a de vetar nada, mas sim abordar questões
357 que para a Fundacentro ainda não foram resolvidas.
- 358 • Itamar, ainda sobre a NR-20, mas não especificamente sobre EAD, comentou que na CNTT da
359 NR-20 tem-se debatido muito o item que fala sobre os critérios para o dimensionamento do efetivo
360 de trabalhadores das unidades de processamento (refinarias) e que as empresas, principalmente a
361 Petrobras, não vem cumprindo essa exigência e onde o problema se agrava com a existência do
362 Programa de Demissão Voluntária - PDV. Disse que tem se manifestado sistematicamente na
363 CNTT, e que tem procurado a Petrobras para se reunir e resolver o problema, mas que a mesma se
364 nega a querer discutir a questão, buscar o entendimento, mas não estão tendo interesse.
- 365 • Eva informou que a Coordenadora-Geral de fiscalização do DSST, Viviane Forte, se encontrava à
366 disposição para discutir e resolver a problemática explicitada.
- 367 • Fernanda, sobre a proposta de EAD para a NR-20, informou que não encontrou no texto qualquer
368 salvaguarda dos recursos de acessibilidade, coisa que está na lei, na Constituição Federal. A
369 acessibilidade é fundamental para a pessoa com deficiência e que todos os cursos e promoções de
370 capacitação devem prever a acessibilidade e a não previsão disso pode se enquadrar como
371 discriminação contra a pessoa com deficiência.
- 372 **e) NR-34 (Velocidade do Vento para Montagem, Desmontagem e Manutenção de AndAIMES)**
- 373 • Eva informou se tratar de demanda remanescente da última reunião da CTPP onde a proposta teve
374 posicionamento favorável da bancada de Governo e de empregadores. Entretanto a bancada de
375 trabalhadores solicitou o prazo de 15 dias (8 de dezembro) para que nesse período possa consultar
376 a respectiva representação da CNTT da NR-34 e apresentar posicionamento final quanto a
377 proposta, o que não havia sido feito até aquele momento.
- 378 • Robinson disse que discutiu a questão com a bancada e que possivelmente solicitará que a proposta
379 volte para discussão na CNTT tendo em vista que antes de definir a velocidade do vento, deve-se
380 considerar que trata-se de uma atividade de risco e que esse trabalho também vem sendo
381 desenvolvido em offshores.

382 • José Luiz comentou que sempre quando a bancada empresarial solicita o encaminhamento de
383 retorno de proposta à instância de negociação, se ouve as afirmativas de tal fato ser um retrocesso
384 e um desprestígio para com a bancada daquela instância, coisa que a representação de
385 trabalhadores da CTPP faz com o posicionamento que é apresentado. Disse que a proposta foi
386 aprovada em 100% pela CNTT, que por sinal é formada por técnicos de altíssima qualidade
387 experiência no tema, na melhor das hipóteses um desrespeito com esses profissionais.

388 **6. Definição de Temas para 2017**

389 • Eva informou que restou pendente da reunião passada acordar sobre a inclusão ou não do tema
390 Agentes Químicos da NR-15, nos termos especificados no quadro de temas para discussão em
391 2017, sendo registrado que foi proposta do Governo com posicionamento favorável da bancada de
392 trabalhadores, sendo que a bancada de empregadores se manifestou posteriormente, via e-mail,
393 não concordando com tal inclusão.

394 • José Luiz informou que por mais que a proposta seja de começar o trabalho tripartite em 2018,
395 mesmo sabendo que se trata de um estudo inicial, a bancada patronal não era a favor da inclusão
396 do tema na lista, por não ter condições de acompanhar, além das já listadas, uma discussão
397 complexa como a que se pretende e que exigirá um acompanhamento muito mais intenso dada a
398 dificuldade do tema.

399 • Eva informou que independentemente de estar ou não na lista de tema, o Governo (DSST e
400 Fundacentro) tratará o tema internamente, vez que é preciso se debruçar e trabalhar a questão, até
401 mesmo com o intuito de instrução, preparação, buscar acúmulo de conhecimento, para a discussão
402 futura. Finalizou comentando que qualquer produto oriundo dos estudos será socializado à CTPP.

403 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores não tem qualquer óbice de que o tema esteja
404 no cronograma de discussão como proposto, muito menos que o Governo cumpra seu papel de
405 legislador, estude e discuta o tema internamente.

406 • Foi passada a limpo a lista de TEMAS: NR-12 (Continuidade dos trabalhos de revisão pela
407 CNTT); NR-15 Calor (Continuidade dos trabalhos de revisão); NR-16 Anexo 5 (Continuidade dos
408 trabalhos de revisão); NR-24 (Continuidade dos trabalhos de revisão); NR-31 (Revisão geral pela
409 CPNR); NR Limpeza Urbana (Continuidade do processo de elaboração); NR Plataformas
410 (Continuidade do processo de elaboração); NR-11 Estufagem Manual de sacarias em Contêineres
411 (Início das discussões); TRABALHOS CONTÍNUOS: Comissões Permanentes / Temáticas;
412 OUTRAS DEMANDAS: Legislação Tripartite (Revisão da Portaria MTE n.º 1.127/2003,
413 Regimento Interno da CTPP e Portaria SIT n.º 186/2010); e EAD NRs (Avaliar a utilização da
414 modalidade de ensino a distância para as capacitações previstas nas NRs, com base no modelo em
415 desenvolvimento no âmbito da CNTT NR-20).

416 • Clovis comentou que todos os anos se repete a mesma história, de que parece que a representação
417 de empregadores não quer discutir nada e que o Governo e os trabalhadores querem discutir tudo.
418 Entretanto, hoje em dia, estar presente na negociação desses temas é o finalmente do seu preparo,
419 ou seja, antes disso o representante tem que se reunir com a base, preparar documentos, rediscutir
420 documentos, apresentar posições, as vezes receber retornos negativos nos fóruns, revalidar
421 posições, defender essas posições com o fundamento que sua base lhe deu, coisa que se for levar
422 em conta o baixo efetivo de representantes dos empregadores nesses fóruns, fica difícil
423 acompanhar todas as discussões como se deve, e com isso teme-se não conseguir cumprir esse
424 cronograma à risca, e isso sem falar nos temas que atravessam a pauta da CTPP que atropelam via
425 projetos de lei, e questões judiciais dentre outros.

426 **7. Outros Assuntos**

427 **a) Convenção OIT n.º 187 (Marco Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho)**

428 • Eva informou que a ratificação da Convenção n.º 187 da OIT já foi ponto de pauta na CTPP tempos
429 atrás e que agora, objetivando dar mais visão e importância para a área de segurança e saúde no
430 trabalho no Brasil o Governo propõe reiniciar, pela CTPP, o processo de solicitação de ratificação
431 da Convenção. Disse que em razão de circunstâncias políticas que ocorrem nas gestões passadas,
432 todos os processos de ratificação de Convenções da OIT foram retornados aos órgãos de origem,
433 por isso e em função da matéria é proposto que a CTPP dê o reinício a esse processo com a emissão
434 e assinatura de um parecer favorável à ratificação.

435 **b) NR-24 (Subgrupo Transportes)**

436 • Eva informou que foi acordado no Grupo de Trabalho Tripartite - GTT de revisão da NR-24 a
437 criação de um subgrupo para estudar a questão do Setor de Transportes em relação à NR-24 e
438 propor talvez a elaboração de um anexo específico ou mesmo a previsão de itens específicos na
439 NR.

440 **c) NR-35 (Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação sobre Sistemas de Proteção contra**
441 **Quedas)**

442 • Eva informou que se trata de proposta elaborada pela Subcomissão de Manual e aprovada pela
443 CNTT da NR-35 e que o MTb publicará tanto na versão digital com impressa, porém, por existir
444 um impasse referente à utilização de imagens do Projeto da NBR 16.489 (Sistemas e equipamentos
445 de proteção individual para trabalhos em altura) no Manual, a coordenação iria procurar saber da
446 questão para repassar o informe à CTPP posteriormente.

447 **d) Nanotecnologia**

448 • Arline realizou apresentação técnica sobre tema com o foco na saúde do trabalhador, tema esse
449 pautado por demanda da representação de trabalhadores, para que se tenha uma noção do impacto
450 que tal tecnologia pode causar à saúde dos trabalhadores e com o intuito de que a CTPP avalie se
451 deve ou não iniciar discussão mais à frente.

452 • Após a apresentação, Arline informou que no mundo inteiro poucos países possuem legislação
453 sobre nanotecnologia e que no Brasil, mesmo que ainda não se pense em elaborar uma Norma
454 Regulamentadora para o tema, visto que trata-se de uma matéria nova que muito ainda se tem para
455 estudar e saber, seria razoável a existência de uma nota técnica explicativa à sociedade, marcando
456 que o Governo tem ciência e se preocupa com o assunto, e quem sabe se daqui a 10 anos não se
457 tenha uma Norma Regulamentadora para o tema.

458 • Cláudio comentou que é uma questão fundamental e é preciso aprofundar no tema, tendo em vista
459 que são 10 anos de discussão na Fundacentro e nunca se teve um instrumento legal, que seja uma
460 nota técnica sobre o assunto e passar a acompanhar o processo mais de perto para quem sabe
461 termos uma NR num futuro próximo.

462 • Maradona parabenizou a participação do colega Luis Carlos no processo solicitação para que
463 houvesse essa apresentação feita por Arline. Disse que apesar de existir um debate aberto na
464 Fundacentro por 10 anos, o Governo deveria abraçar a causa e interagir no processo de uma forma
465 geral passando a ser uma ação de Governo, não simplesmente de um órgão só.

466 • Rafael considerou ser um tema que está iniciando sua curva de desenvolvimento, que é um tema
467 que merece atenção, aprofundamento e acúmulo de bagagem de informação, pois ainda está um
468 tanto quanto a quem da discussão para regulamentação.

469 • Itamar sugeriu que, como no país atualmente não existe nenhum fórum de discussão em
470 funcionamento, seria interessante a CTPP provocar o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
471 para a retomada das atividades do fórum que lá existia e que os representantes das confederações
472 e centrais sindicais pudessem participar das discussões.

473 **e) NR-15 (Item 2 do Anexo 7 - Radiações Ionizantes)**

474 • Trata-se de sugestão do CONFEA de inserção de texto no Item 2 do Anexo 7 da NR-15 propondo
475 limite de tolerância da radiações não-ionizantes com base na Resolução ANATEL n.º 303/02.

- 476 • Spinelli relatou que a ANATEL, quando do processo de elaboração da Resolução n.º 303/02,
477 propunha valores de exposição ocupacional diferentes dos adotados pelo Ministério do Trabalho
478 e que no PPRA (NR-09) de 1994, consta que se não houver limites que conste na NR-15, poderão
479 ser adotados os limites da ACGIH ou de outra norma que estabeleça esse limite, sendo que a
480 ACGIH prevê esses limites, mas a Resolução 303 difere também desses valores, ou seja, o que se
481 propõe é igualar os limites com base nos limites da ANATEL. Sugeriu que fosse dado o
482 encaminhamento de que a Fundacentro elaborasse um parecer técnico sobre a questão.
- 483 • Eva informou que a princípio o Ministério tem restrições quanto à proposta, mas o
484 encaminhamento será dado no 2º dia da reunião.

485 **f) NR-15 (Anexo 14 - Agentes Biológicos)**

- 486 • Trata-se de demanda do Instituto Evandro Chagas - IEC para que seja inserido no Anexo 14 da
487 NR-15 a questão das instituições de pesquisa onde haja desenvolvimento de trabalhos com
488 material biológico humano e não humano com suspeita ou confirmação diagnóstica de agentes
489 biológicos com grande poder de transmissibilidade por via respiratória ou de transmissão
490 desconhecida.
- 491 • Após a apresentação da técnica Claudenilda, do IEC, foram feitas considerações pelas bancadas,
492 apresentados alguns questionamentos e informado pela coordenação da CTPP que o tema seria
493 deliberado no 2º dia da reunião, e posteriormente informado à Instituição.

494 **g) RTP Iluminância (Avaliação Técnica dos Níveis de Iluminamento em Ambiente de Trabalho
495 Internos)**

- 496 • Trata-se demanda antiga da CTPP referente à problemática causada pela NBR 5413 (Iluminância
497 de Interiores), citada na NR-17, entretanto, cancelada pela NBR. Na ocasião da discussão do tema
498 pela CTPP, ficou acordado que a Fundacentro elaboraria NHO específica para “níveis de
499 iluminamento”.
- 500 • Spinelli informou que é uma demanda ainda pendente que consiste na disposição dos limites de
501 iluminância adotados no Brasil para efeitos da NR-17 já que a NBR 5413 foi cancelada pela
502 ABNT. A demanda foi abraçada pela Fundacentro que ficou de revisar o projeto de NHO
503 específica abordando os conceitos de medição e também citasse a questão do limite. Comentou
504 que existe um grupo técnico na Fundacentro responsável por esse trabalho e estaria aberta a janela
505 para participação de representantes e/ou técnicos indicados pelas bancadas da CTPP. Informou
506 que existe uma Nota Técnica elaborada pela CGNOR/DSST/SIT que sugere a utilização dos
507 limites previstos na NBR 5413, mesmo essa estando cancelada, até que se tenha novo limite, o que
508 seria um equívoco, sendo que o ideal seria adotar o parâmetro existente na ISO 8995 e que está
509 em vigência. Disse que por essa ISO possuir outros parâmetros e limites sobre iluminância, o grupo
510 da Fundacentro resolveu então que uma NHO não deveria conter todos esses parâmetros, somente
511 os procedimentos de medição e a recomendação da citada referência da ISO, motivo pelo qual é
512 sugerida uma Recomendação Técnica de Procedimentos - RTP no lugar de uma NHO.
- 513 • Eva informou que o processo de elaboração de Notas Técnicas do Ministério não é tripartite e
514 solicitou que qualquer problema ou discordância com qualquer delas, deveria ser demandada
515 diretamente ao DSST e não na CTPP que não é o fórum adequado para tanto.
- 516 • José Luiz comentou que o ponto em questão à época da demanda da NHO à Fundacentro, era que
517 não se tinha como medir os níveis de iluminância; e que com a Nota Técnica do DSST, foi dada
518 uma sobrevida à NBR 5413, que dispõe sobre essa medição e era e é o que vem sendo utilizado
519 pelas empresas. Quanto à proposta de RTP apresentada, disse que a bancada de empregadores
520 entende não atender ao que é esperado pela sociedade, pois seu teor é o mesmo que “chover no
521 molhado”, não traz nada de novo e está longe de ser uma NHO.
- 522 • Claudio informou que complementando a fala de José Luiz, o que se espera mesmo são os
523 parâmetros de medição dos níveis de iluminância, e que enquanto não se tem isso definido de

524 forma concreta, no país vem ocorrendo as mais diversas formas errôneas de medição, talvez fosse
525 o caso até não de uma NHO, mas sim de uma NR específica.

526 ***h) Horário de início do primeiro dia das reuniões da CTPP***

- 527 • Visando dar maior aproveitamento ao tempo das apresentações dos pontos de pauta das reuniões
528 da CTPP e evitar maior desgaste dos participantes, Eva sugeriu que as reuniões da CTPP, no
529 primeiro dia, se iniciassem sempre às 9h00.

530 **2º dia (29 de março de 2017)**
531 **Deliberações**

532 **Coordenadora da Reunião:**

533 Eva Patrícia Gonçalo Pires (Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho)

534 **1. Ata**

535 a) ***Ata da 87ª Reunião***

- 536 • A bancada de trabalhadores e a de empregadores repassou à coordenação da Comissão o
537 apontamento de correções necessárias para a redação da Ata da 87ª Reunião da CTPP.
538 • Após efetivada as correções a ata foi aprovada e assinada pelos participantes.

539 **2. Formação de Grupos Tripartites**

540 a) ***Subcomissão da pesca***

- 541 • Representação empresarial completa.
542 • Bancada de trabalhadores da CTPP informou que até o dia 31 de março formalizaria a indicação
543 ainda pendente.

544 b) ***GET Calor***

- 545 • Representação empresarial com completa.
546 • Bancada de trabalhadores da CTPP informou que até o dia 31 de março formalizaria as 5 (cinco)
547 indicações para composição da bancada de trabalhadores do GET.

548 c) ***GTT Limpeza Urbana***

- 549 • Ariovaldo comunicou que houve uma dissonância entre a representação de empregadores da CTPP
550 e a representação de empregadores do Setor em si; que entende que a prorrogação da consulta
551 pública por 60 dias proporcionará tempo suficiente para que Norma seja mais divulgada, inclusive
552 com a realização da audiência pública já agendada.
553 • Rafael informou que a bancada de empregadores estava de acordo com a prorrogação do prazo da
554 consulta pública por mais 60 dias, entretanto, mantinha a solicitação de adiamento da audiência
555 pública, pelos mesmos motivos já apresentados, ou seja, pela não comunicação prévia à bancada
556 e pela necessidade de tempo para poder mobilizar as empresas afins e organizar a participação
557 dessas nesse processo de forma mais intensa.
558 • Eva esclareceu que o fato da não comunicação alegada pela bancada de empregadores não
559 procedia, pois se teve acesso e foram verificados os convites e constatado que os mesmos foram
560 enviados aos coordenadores de bancada da CTPP, inclusive para Magnus Ribas conforme
561 acordado na última reunião. Disse que o evento teve notícias publicadas em jornais, na internet,
562 todos os procedimentos para a realização já foram realizados, tanto que já se encontrava com a
563 lotação completa, tirando os gastos que já foram realizados. Disse entender que pode ter havido
564 alguma falha de comunicação com a própria bancada de empregadores, mas que ante os fatos
565 colocados, não seria possível adiar o evento. Complementou informando que haverá outros

566 momentos em que será oportunizada a participação da mesma forma, mas que naquele momento
567 não havia justificativa para adiar o evento.

568 • Rafael disse entender que realmente houve uma falha de comunicação na bancada, mas mesmo
569 assim, pelos motivos já mencionados, a representação dos empregadores não poderia se fazer
570 presente de forma satisfatória no evento.

571 • Eva disse ser uma pena não poder contar com a presença da representação de empregadores na
572 audiência pública, mas que essa, no entendimento do Governo se trata apenas de uma primeira
573 oportunidade, pois com certeza haverá outras. Em seguida distribuiu aos coordenadores de
574 bancada e ao presidente da Fundacentro, os ofícios de solicitação de indicações do GTT.

575 **4. Alteração de Normas Regulamentadoras**

576 a) **NR-13**

577 • A proposta de alteração da NR-13 foi aprovada por consenso entre as 3 bancadas.

578 • O DSST/SIT realizará os procedimentos para publicação da portaria

579 b) **NR-09 (Anexo 2 - Exposição Ocupacional ao Benzeno)**

580 • Rafael informou que a bancada de empregadores seria de acordo com a proposta.

581 • Maradona comentou que a bancada de trabalhadores precisaria de uma reunião de bancada, coisa
582 de 5 minutos para decidirem conclusivamente sobre a questão.

583 • Spinelli refez a sugestão referente à análise sobre a questão de a NR-09 abrigar o PPR na forma
584 de um anexo, fato que resolveria todo questionamento que foi levantado pela representação de
585 trabalhadores no 1º dia da reunião.

“intervalo para reunião de bancada de trabalhadores”

586 • Maradona informou que a bancada de trabalhadores sugeriu que o PPR fosse incorporado na
587 íntegra à NR-09. Alegou que dessa forma tanto seria atendida a questão do item que se quer alterar
588 como a de todo o conjunto da obra em se tratando de proteção respiratória.

589 • José Luiz informou que “uma coisa é uma coisa e outra coisa e outra coisa”. No caso, não se
590 furtando à discussão, a questão de incorporar ou não o PPR na NR-09 deve ser primeiramente
591 estudada e analisada com cautela antes de uma tomada de decisão pela CTPP, mas o fato é que
592 existe uma proposta concreta, aprovada pela CNPBz, apresentada à CTPP e é a que deveria ser
593 deliberada naquele momento.

594 • Spinelli comentou que a proposta de inserir o PPR na NR-09 não alteraria em nada a primeira
595 proposta, pelo contrário, iria muito mais além, mais completa.

“novo intervalo para reunião de bancada de trabalhadores”

596 • Maradona informou que a bancada de trabalhadores concordaria com a aprovação da proposta
597 apresentada pela CNPBz, desde que a Fundacentro elaborasse um parecer técnico explicativo
598 referente à alteração; e caso esse parecer não vier a ser elaborado, a proposta deverá voltar à
599 CNPBz.

600 • Rafael informou que a bancada de empregadores é de acordo com a proposta e com o
601 encaminhamento sugerido pela representação de trabalhadores.

602 • A proposta de alteração do Anexo 2 da NR-09 foi aprovada por consenso.

603 • A pedido da bancada de trabalhadores, ficou encaminhando que a Fundacentro deverá elaborar um
604 parecer técnico explicativo referente ao que se trata a alteração no Anexo 2 da NR-09 ante a
605 publicação da proposta. Confirmando-se que caso o parecer não seja elaborado, a CNPBz deverá
606 repensar a proposta.

607 • O DSST/SIT realizará os procedimentos para publicação da portaria.

608 c) **NR-12 (Alteração nos Anexos I, IV, VII e IX)**

- 609 • As propostas de alteração da NR-12 referentes ao Anexo I (Distância de segurança e requisitos
610 para o uso de detectores de presença optoeletrônicos); Anexo IV (Glossário); Anexo VIII (Prensa e
611 Similares), e Anexo IX (Injetoras de Materiais Plásticos) foram aprovadas por consenso.
612 Entretanto a publicação da proposta de alteração do Anexo VIII ficou condicionada à aprovação
613 dos prazos para implementação pela bancada de empregadores que deverá apresentar
614 posicionamento tão logo receba a proposta desses prazos.
- 615 • Nessa aprovação, ficou acordada também a retirada da referência do ano de publicação da NBR
616 14153:1998 mencionada no Anexo VIII, ficando pendente a questão dos prazos para
617 implementação do Anexo, que aguardam posicionamento da bancada de empregadores.

618 d) **NR-20 (EAD)**

- 619 • Eva informou que além da diretrizes e requisitos mínimos para utilização da modalidade de ensino
620 à distância (EAD) e semipresencial, também estava proposta a instituição de uma subcomissão, no
621 âmbito da CTPP, que teria como atribuição, além do acompanhamento dos desdobramentos
622 decorrentes da publicação da proposta de diretrizes para EAD NR-20, o desenvolvimento de uma
623 matriz de competência em relação às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no
624 Trabalho abordando as modalidades de capacitação (presencial, semipresencial e à distância).
- 625 • Rafael informou que a bancada de empregadores era a favor da aprovação da proposta de que o
626 item 4.1 tenha a redação proposta pela Subcomissão de EAD, ou seja, que conste a expressão
627 “representação de trabalhadores”.
- 628 • Maradona informou que, conforme foi sugerido pela bancada de trabalhadores na última reunião
629 da subcomissão, fosse inserida na redação do item 4.1 a expressão “à representação sindical da
630 categoria do estabelecimento e à CIPA”. Disse que se não fosse possível tal inserção pela CTPP,
631 a bancada de trabalhadores solicitaria que a proposta voltasse à Subcomissão de EAD. Disse que
632 a insistência na questão, por mais que não pareça, se dava por uma questão muito importante para
633 a classe de trabalhadores, principalmente por ser uma regulamentação nova, e por ser as atividades
634 desenvolvidas no âmbito da NR-20 consideradas de grande risco e por isso é essencial que a
635 representação sindical tenha conhecimento do processo e conteúdo pedagógico.
- 636 • Eva informou que nesse caso ficava declarado o impasse e que o DSST iria decidir sobre a questão.
637 Sinalizou que provavelmente seria seguida a sugestão dos técnicos do Governo participantes da
638 Subcomissão de EAD, que era a de manter no texto do item 4.1 a expressão “representantes de
639 trabalhadores”. Solicitou que a bancada de trabalhadores considerasse tal decisão, até porque em
640 muitos casos o Governo também decidiu impasses com proximidade aos anseios da bancada de
641 trabalhadores e assim, em contrapartida, propôs a criação de uma subcomissão que terá a missão
642 de acompanhar de perto a implementação dessa modalidade de capacitação, mantendo-se assim o
643 fórum de negociação aberto.
- 644 • Itamar informou que essa regulamentação é fato novo para a base de trabalhadores, que ainda há
645 resistências, que a mesma vem quebrando paradigmas e mexendo com uma cultura muito radical
646 por sinal, e que por esses motivos é de suma importância que a representação sindical tenha
647 conhecimento e acompanhe o processo da capacitação à distância; e mais, não se trata de demanda
648 dos trabalhadores, poder-se-ia muito bem nem discutir a regulamentação, mas a bancada se dispôs
649 a discutir e agora pede que seja inserida na redação do item 4.1 a expressão “representação sindical
650 da categoria e à CIPA”, que pode até ser um detalhe, mas é questão importante para os
651 trabalhadores.
- 652 • Após amplo debate devidamente fundamentado pelas partes, Eva propôs que o texto fosse
653 aprovado, ficando pendente o item 4.1 que votaria para a Subcomissão, inclusive que essa
654 abordasse também a questão da acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.
- 655 • Rafael, referente à questão da representação de trabalhadores no item 4.1, disse que não visualizava
656 mudança no posicionamento dos empregadores. Quanto à questão da acessibilidade, disse entender

657 que essa questão já está contemplada na proposta, mas que no trabalho de elaboração da matriz de
658 competência essa questão não poderia ser esquecida em relação às outras NRs.

“intervalo para reunião com os coordenadores de bancada”

659 • Retornando, Eva informou que o impasse sobre a redação do item 4.1 permanecia e que o DSST
660 decidiria sobre a questão controversa. Quanto aos demais itens da proposta, foram aprovados por
661 consenso entre as bancadas. Sendo também aprovada sob consenso a criação de subcomissão no
662 âmbito da CTPP, que discutirá a matriz de competência, sendo que uma das abordagens da
663 subcomissão será, para cada Norma Regulamentadora, as formas de como será a capacitação do
664 trabalhador: se presencial, se semipresencial ou se à distância. Ficou acordado que a composição
665 da subcomissão será de 5 membros por bancada, sendo que a bancada de Governo se dividirá em
666 3 membros do DSST e 2 da Fundacentro.

667 • Em tempo, Clovis solicitou um aparte, disse entender que em muitos casos entende-se que às vezes
668 as informações são postas de forma meio que truncadas, e isso pode distorcer algum entendimento,
669 assim como foi colocada a manifestação da representação da Fundacentro de que a instituição não
670 havia sido comunicada ou se quer teve acesso direto à proposta de regulamentação para a EAD
671 NR-20. Disse que fez um levantamento dos registros e constatou, pelas listas de presença, que a
672 Fundacentro esteve presente em todas as reuniões em que a proposta foi abordada, tanto na
673 Subcomissão quanto na CNTT da NR-20. Disse que teve acesso aos informes e arquivos enviados
674 pelo coordenador, via e-mail, e até no curso teste de EAD, inclusive com a participação de 3
675 representantes da Fundacentro. Finalizou dizendo ser importante tal registro porque caso contrário
676 o registro da reunião, a ata, ficaria com furo e o que poderia causar má impressão por qualquer
677 outra pessoa alheia à discussão.

678 e) **NR-34 (montagem e desmontagem de andaimes)**

679 • Maradona informou que mesmo depois de intenso debate interno na bancada, os trabalhadores
680 permaneciam com o posicionamento de que deveria haver um item referente à atividade de
681 montagem e desmontagem de andaimes em alto mar; e que ante o exposto, a bancada sugeria que
682 a proposta retornasse à CNTT da NR-34 para que essa pudesse elaborar um dispositivo prevendo
683 algo nesse sentido no texto da NR.

684 • José Luiz sugeriu que a proposta em si fosse aprovada, sendo remetida para a CNTT e também
685 para a CPNAq o ponto em questão para que fosse feita uma harmonização, pois quando se fala em
686 reparo naval feito em alto mar, em águas internacionais, sempre são seguidas as normas
687 internacionais e é preciso muito cuidado para se normatizar isso.

688 • Robinson comunicou que a questão de harmonizar não é adequada porque é utilizado o mesmo
689 parâmetro de velocidade de vento para acesso por cordas, mas no caso são trabalhadores
690 certificados, diferentemente dos trabalhadores da montagem de andaimes que, por não ser exigido,
691 não possuem essa certificação. Além disso havia outras questões de risco como o içamento de
692 materiais (que ainda não é feito de forma mecânica), a não existência de um conteúdo programático
693 para capacitação desses trabalhadores, nem carga horária e nem limite de andaimes. Disse que isso
694 justificaria o retorno da proposta à CNTT.

695 • Discussão técnica sobre limite de velocidade do vento constante na NR-34 para o exercício da
696 atividade em estaleiro e para situações em alto mar.

697 • Rafael propôs que fosse aprovada a proposta e que a CTPP recomendasse à CNTT da NR-34 e à
698 CPNAq que analisassem as questões colocadas pela bancada dos trabalhadores.

699 • Maradona disse que uma vez detectada a necessidade de se ter uma posição mais clara em relação
700 a isso, no entender da bancada de trabalhadores, essa posição deveria ser apresentada à CNTT da
701 NR-34, por mais que ela venha a confirmar que é esse o texto mesmo e pronto, pois a bancada
702 somente requer um subsídio mais conciso para tomar a decisão, não se trata de uma inviabilização
703 do processo.

704 • Eva informou que é importante que as bancadas se sintam seguras para referendar a aprovação de
705 qualquer ponto pautado para deliberação na CTPP. Ante o exposto, encaminhou que a proposta
706 retornasse à CNTT para análise da questão colocada pela bancada de trabalhadores e, não havendo
707 nenhuma alteração do texto, que o mesmo possa ser aprovado na reunião de coordenadores.
708 Havendo alteração, que seja pautado para deliberação na reunião da CTPP.

709 **5. Outros Assuntos**

710 **a) Convenção OIT n.º 187 (Marco Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho)**

711 • A bancada de Governo e a de trabalhadores se posicionaram a favor da emissão de parecer da
712 CTPP referendando a ratificação da Convenção OIT 187 pelo Brasil.

713 • Rafael informou que a representação de empregadores, mesmo não tendo objeções contra a
714 proposta, levará a mesma às bases para consulta e apresentará posicionamento final ao DSST.

715 • Ficou encaminhado que em caso de resposta favorável da representação de empregadores, a
716 proposta de parecer poderá ser assinada na próxima reunião de coordenadores de bancada da
717 CTPP.

718 **b) Subgrupo Setor de Transportes (GTT da nova NR-24)**

719 • Não houve objeção pela CTPP quanto a criação, no âmbito do Grupo de Trabalho Tripartite - GTT
720 da NR-24, de Subgrupo tripartite para discutir os temas específicos para o Setor de Transporte, em
721 função da proposta de nova redação para a NR-24. O Subgrupo é formado por 3 representantes por
722 bancada.

723 **c) Nanotecnologia**

724 • Eva informou que após brilhante apresentação feita por Arline sobre o tema “nanotecnologia”
725 ficou clara que a intenção nesse momento é que se tenha mais estudos sobre a matéria, adquirir
726 mais propriedade sobre assunto, seja do ponto de vista da fiscalização seja do ponto de vista de
727 pesquisas, para futuramente tentar incluir o tema no plano de discussão da CTPP. Disse ser preciso,
728 antes de tudo, que seja feita uma análise estratégica no âmbito do MTb (DSST e Fundacentro),
729 para saber como abordar essa temática.

730 • Itamar voltou a sugerir que fosse elaborado um documento tripartite, dirigido ao MCT, solicitando
731 a reativação do fórum de discussão sobre nanotecnologia e que fosse oportunizada a participação
732 de representantes da CTPP no citado fórum.

733 • Rafael disse que para ter uma posição definida sobre o tema é preciso fazer um levantamento do
734 que existe, do que já foi feito, sabendo-se que é assunto novo e não se tem ainda no Brasil domínio
735 sobre a matéria, seja no quesito técnico, seja no sentido institucional para futuramente ver o que
736 pode ser feito em termos de regulamentação.

737 • Spinelli comentou que o tema está dentro do escopo da Fundacentro, tanto que vem acompanhando
738 a matéria a 10 anos. Quanto à sugestão de que a CTPP solicite a volta de atividades de fóruns de
739 outros ministérios, não teria tanto sentido, pois o MTb poderia muito bem fazer isso por si, seja
740 DSST, seja Fundacentro, pois trata-se de uma competência, de um papel institucional.

741 • Cláudio disse achar necessário que o comprometimento com o tema fosse mais concreto, no caso,
742 com a formação de um grupo de estudo tripartite, pois apesar de não se ter um domínio sobre a
743 matéria, existe muita literatura disponível.

744 • Maradona informou que a bancada de trabalhadores naquele momento tinha a preocupação
745 primeira de que o tema não saísse da pauta, pois a bancada vem em várias reuniões passadas
746 colocando a necessidade de discussão. Até porque é sabido do trabalho desenvolvido pela
747 Fundacentro nesse campo e o tema é uma realidade. Finalizou dizendo que talvez não fosse o caso
748 da criação de um grupo nesse momento, mas pelo menos que fossem convidados outros órgãos do
749 Governo e entidades acadêmicas, envolvidos com o tema para participar das reuniões da CTPP a
750 fim de trazer mais conhecimento aos membros.

751 • Eva informou que a proposta de Governo não é a de tirar o assunto da evidência, mas sim
752 primeiramente tratar o assunto internamente, estudar e traçar um plano para futuramente ter um
753 encaminhamento mais concreto, até porque havia acabado de ser aprovado o cronograma de
754 discussão para 2017, o que não deveria mais ser alterado este ano.

755 • Ficou encaminhado que o tema será tratado internamente pelo MTb (SIT/DSST e Fundacentro)
756 para que futuramente, com acúmulo de conhecimento suficiente, o tema seja pautado para
757 discussão na CTPP.

758 **d) NR-15 (Item 2 do Anexo 7 - Radiações Ionizantes)**

759 • Eva informou que a representação do Governo entende que a proposta não deve ser aceita, porque
760 o processo de elaboração das resoluções da ANATEL é diferente, não coadunam com o processo
761 utilizado pelo MTb que é feito com base no tripartismo; e além do que a proposta não está na
762 esfera de discussão da CTPP.

763 • Spinelli relatou que a Resolução n.º 303 não foi uma produção ou pesquisa científica da própria
764 ANATEL. Trata-se sim de uma tradução de um artigo científico de uma norma internacional, que
765 posteriormente veio a ser convertida em Resolução, sendo que o valor disposto lá é diferente do
766 que deve ser em relação à questão ocupacional.

767 • Maradona afirmou que a bancada de trabalhadores também é contra a proposta.

768 • José Luiz disse que a bancada de empregadores entende que a CTPP não é o fórum adequado para
769 a discussão, principalmente porque a proposta teria interesses escusos aos da CTPP.

770 • Por fim, a proposta do CONFEA de prever limite de tolerância para radiações não-ionizantes, com
771 base na Resolução ANATEL n.º 303/02, no item 2 do Anexo 7 da NR-15 foi rejeitada de forma
772 unanime pelas bancadas, tendo em vista se tratar de questão de outra esfera legislativa.

773 **e) NR-15 (Anexo 14 - Agentes Biológicos)**

774 • A Comissão entendeu que o pleito não visava a melhoria das condições de trabalho em si, mas sim
775 a uniformização de um adicional que os servidores do Instituto Evandro Chagas - IEC parecem já
776 receber; além de que o objeto em questão foge do arcabouço da CTPP, visto que se tratam de
777 servidores públicos regidos por lei distinta à CLT; e que talvez fosse o caso de o Instituto levar a
778 questão para o Ministério do Planejamento.

779 • Após considerações das bancadas, ficou deliberado que a CTPP definitivamente não é o fórum
780 competente para decidir sobre a questão, visto que se trata de servidores públicos federais não
781 regidos pelo regime da CLT. Entretanto, a representação do Ministério da Saúde, o qual o Instituto
782 é vinculado, compromissou acompanhar a questão e procurar viabilizar solução para o caso no
783 âmbito do Ministério da Saúde.

784 **f) Iluminância (RTP x NHO)**

785 • Spinelli informou que o documento apresentado, intitulado de RTP, trata-se de um “draft”, um
786 esboço, não conclusivo, entretanto, o mesmo continha critérios de medição, parâmetros técnicos e
787 importantes; e que as observações colocadas pelas bancadas seriam levadas em consideração pelo
788 grupo técnico da Fundacentro, para que as disposições sejam em formato de NHO e não de RTP
789 com foi apresentado. Reforçou a solicitação de indicação de representantes das bancadas para que
790 pudessem participar de reunião do citado grupo técnico a ser realizada em 3 dias consecutivos no
791 final do mês de abril, provavelmente dias 26, 27 e 28/04 em São Paulo, onde possivelmente o texto
792 seja fechado com possibilidade de já ser apreciado pela CTPP na próxima reunião.

793 • Além do que foi informado, ficou encaminhado que a representação da Fundacentro na CTPP
794 enviará e-mail com o “draft” aos coordenadores de bancada, confirmando a realização da citada
795 reunião e solicitando as indicações dos técnicos para participação.

796 **g) Parecer sobre o Anexo de Radiações Ionizantes da NR-16**

- 797 • Clovis reforçou a solicitação de parecer da Fundacentro relativo ao Anexo de Radiações Ionizantes
798 da NR-16.
- 799 • Spinelli disse que por questões técnicas não era mais possível ter acesso eletrônico ao parecer
800 original emitido anteriormente e contribuindo também para a má sorte, o processo enviado ao
801 MTb, que continha o parecer impresso, foi extraviado, assim teria que elaborar um outro parecer,
802 o que exige tempo e dedicação exclusiva para tanto.

803 **h) Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT**

- 804 • Eva informou que o MTb, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância do
805 desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho retomará as
806 CANPATs, que deverão voltar a acontecer anualmente, todo mês de abril, que será chamado de
807 “*abril verde*”, um movimento conjunto de ações realizadas pela sociedade para dar visibilidade
808 ao tema da segurança e saúde no trabalho. Informou que o tema principal da CANPAT deste ano
809 era “*conhecer para prevenir*”, subdividido em 2 temas, a saber: Prevenção de acidentes nas
810 estradas (motorista profissionais) mais focado para os motoristas de caminhões; e Saúde Mental.
- 811 • Maradona parabenizou a iniciativa de retornar institucionalmente a CANPAT, fato que inclusive
812 foi sempre solicitado pela representação de trabalhadores, devido a importância do evento para
813 conhecimento e conscientização da sociedade em função da segurança e saúde no trabalho.
814 Congratulou a nova equipe, tanto do DSST quanto à frente da CTPP, informando que a bancada
815 se encontrava à disposição no que for necessário em prol da boa gestão. Finalizou dizendo que não
816 se poderia esquecer o passado, e que assim, não poderá deixar de registrar os bons serviços
817 prestados por Romulo Machado e Alexandre Scarpelli enquanto estiveram à frente da CGNOR,
818 na CTPP e nas demais instâncias que participavam.
- 819 • Viviane informou que é pretendido que alguns monumentos sejam iluminados à noite na cor verde,
820 sendo já confirmados alguns monumentos tais como o Congresso Nacional, alguns ministérios da
821 Esplanada, a ponte estaiada, em São Paulo/SP e a ponte Hercílio Luz, em Florianópolis/SC, dentre
822 outros; de forma que seja evidenciada a importância da segurança e saúde no trabalho que traz
823 benefícios à toda a sociedade. Sobre outros assuntos, informou que o procurador do trabalho
824 Raymundo Lima Júnior solicitou, antes de se ausentar da reunião, que fosse registrado em ata o
825 agradecimento aos AFTs Antônio Carlos (GRTb/Juiz de Fora/MG) e Marcos Miranda (SRTb/PE)
826 que auxiliaram na organização de um curso sobre a NR-32 no âmbito do MPT.

827 **i) Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CONPAT**

- 828 • Jeferson informou que além da CANPAT, deverá voltar a ser realizado também, de 4 em 4 anos,
829 o CONPAT, talvez em 2018 ou 2019, sendo que tal evento voltou a constar no Programa Plurianual
830 da SIT.

831 **j) Movimento Abril Verde**

- 832 • Adir comentou que o “*abril verde*” foi desenvolvido pelo SINTESPAR com o intuito de
833 conscientizar a população sobre doenças e acidentes do trabalho, visando diminuir a crescente
834 ocorrência e a mortalidade dos últimos anos.

835 **k) NR-18**

- 836 • Robinson informou que o CPN também tem compromisso de realizar campanhas de segurança e
837 saúde no trabalho no âmbito da construção civil, e apesar do setor de transporte ter sido
838 considerado como setor alvo para abrangência da CANPAT. Disse que na construção civil ainda
839 existe uma alta ocorrência de acidentes graves e fatais e que também merecem destaque. Disse ser
840 uma situação preocupante e em função disso solicitou que o DSST evocasse as representações do
841 CPN, inclusive a Fundacentro, para que seja retomada com mais ar e foco a revisão da NR-18, que
842 está praticamente parada desde 2013, quando foi publicado o texto básico em consulta pública
843 para revisão que acabou não indo para frente.

844 **6. Considerações finais**

- 845 • Clovis informou que tinha alguns pontos a serem considerados: 1 - Que é prevista na legislação
846 do tripartismo a realização e socialização à CTPP do planejamento anual das comissões temáticas,
847 para que seja feito o devido acompanhamento, coisa não feita até aquele momento. 2 - Solicitou a
848 volta dos trabalhos da CTPN da NR-32, pois a CNS tem vários assuntos sobre a Norma a serem
849 tratados nesse fórum. 3 - Informou que havia feito um pleito na CNTT da NR-12, mas que repetiria
850 na CTPP, que consiste em quando o DSST emitir uma nota técnica, onde o tema seja pertinente a
851 qualquer Norma Regulamentadora que possua comissão temática, que a mesma seja enviada aos
852 membros para conhecimento. 4 - Agradeceu à Luciana Rodrigues pelas contribuições dadas
853 enquanto coordenadora da CGNOR, mesmo que por pouquíssimo tempo, e complementou
854 desejando sucesso a Elton Costa na nova jornada de trabalho que o espera. 5 - Disse que também
855 não poderia deixar de registrar, mesmo que em nome da CNS, o brilhantismo com que Romulo
856 Machado, ao longo dos vários anos que esteve à frente da CGNOR, e que com participação ativa
857 na CTPP ajudou na construção e nos encaminhamentos de assuntos difíceis e complicados, sendo
858 que onde não se via de forma simples o consenso, com sabedoria e tranquilidade ele conseguia a
859 aproximação das bancadas e conseqüentemente os consensos onde não se esperava. Mesmo não
860 presente desejou a continuidade de sucesso, e que num futuro não muito distante ele possa voltar
861 ao processo de negociações tripartite.
- 862 • José Luiz disse que além do que Clovis comentou, uma coisa a ser destacada no Romulo era a
863 capacidade de negociação, que não consistia em aceitar simplesmente o que era proposto, mas sim
864 ouvir a outra parte, discutir e ter a inegável capacidade de saber dizer não.
- 865 • Elton disse estar grato à Maria Teresa e Eva pela confiança que lhe foi dada, e que a principal
866 razão de ter aceitado o convite era a competência da equipe da CGNOR, e que assim espera
867 contribuir muito não só com o DSST quanto com a CTPP.
- 868 • Maradona citou que o Setor Elétrico continua apresentando considerável nível de acidentabilidade
869 e que tem sido recorrente nas reuniões da CTPP a solicitação de que sejam realizadas, em nível
870 nacional, ações iguais ao evento de notificação coletiva realizada anos atrás pela SRTE/SP e MPT,
871 a fim de que os problemas de segurança no trabalho, no Setor, sejam minimizados.
- 872 • Eva disse ser conivente com os elogios tecidos à pessoa de Romulo Machado, e que esperava que
873 num futuro, quem sabe, o mesmo volte a contribuir com as discussões tripartites, mas não poderia
874 deixar de registrar que o bom trabalho realizado por ele foi possível em razão da eficiência da
875 equipe do DSST que no fim das contas é quem segura as pontas e desenvolve o trabalho de base e
876 que, portanto, essa também está de parabéns. Informou que o DSST realizou uma consulta nacional
877 aos AFTs do Brasil sobre a intenção de participação nos grupos e comissões tripartites; e que com
878 isso na medida do possível, com a intenção de renovação e continuidade dos trabalhos tripartites,
879 serão inseridas novas mentes nesses fóruns. Por fim, informou que o DSST iniciará um trabalho
880 de tradução das NRs da língua portuguesa para a língua inglesa; que foi estabelecida uma ordem
881 de prioridade de acordo com aquelas que mais se identificam com o cenário internacional. Disse
882 que será um trabalho árduo e longo, mas que assegurará que tenhamos versões oficiais das NRs
883 no idioma inglês que poderão ser utilizadas por outros países e projetar o Brasil, como referência
884 de segurança e saúde no trabalho, no cenário internacional.
- 885 Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.